

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.682.189 - MG (2017/0156564-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : AUTO POSTO SKALADA LTDA - EPP  
**ADVOGADO** : DALTRO TAMEIRÃO FILHO E OUTRO(S) - MG060351  
**EMBARGADO** : VILMA APARECIDA GUERRA  
**EMBARGADO** : EMÍDIO GUERRA  
**ADVOGADOS** : MAGDA APARECIDA DOS S M FALEIROS - MG001725A  
JOSE LUIZ DE MOURA FALEIROS JUNIOR E OUTRO(S) -  
MG136005

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.  
VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONSTATADOS.  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Auto Posto Skalada Ltda.  
– EPP à decisão desta relatoria que deu provimento ao recurso especial apresentado por  
Vilma Aparecida Guerra e Emídio Guerra.

Alega o embargante ser "indispensável a prévia intimação do exequente para  
[...] fins de reconhecimento da prescrição" (e-STJ, fl. 269).

Busca o acolhimento dos aclaratórios, com efeitos infringentes.

Sem impugnação (e-STJ, fl. 276).

Brevemente relatado, decido.

As razões dos aclaratórios revelam tão somente o intuito de reapreciação da  
causa, o que não se admite em embargos de declaração, os quais possuem índole particular e  
fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma  
decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, nos termos do art.  
1.022 do CPC/2015. A excepcional atribuição de efeito modificativo ao julgado, por meio  
do acolhimento dos embargos de declaração, depende da configuração de alguma das  
hipóteses previstas no referido dispositivo legal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022, I, II E III, DO CPC/2015. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. DESCABIMENTO NA INSTÂNCIA ESPECIAL. EMBARGOS REJEITADOS. CARÁTER PROTETATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, I, II e III, do CPC/2015, destinam-se, precipuamente, a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material que porventura tenha ocorrido na decisão judicial.

2. Pronuncia-se a inexistência dos pressupostos da via recursal integrativa quando o acórdão embargado não incide em nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015 nem carece de fundamentação por qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do mesmo diploma.

3. Não cabe, na estreita via da instância especial, intervir em matéria da competência do Supremo Tribunal Federal, ainda que para prequestionar princípios e normas constitucionais, sob pena de contrariedade das rígidas atribuições jurisdicionais fixadas na Carta Magna.

4. Em face do caráter manifestamente protetatório dos embargos, aplica-se a multa de 2% (um por cento) prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015, que deverá incidir sobre o valor da causa atualizado.

5. Embargos de declaração rejeitados com a imposição de multa.

(EDcl nos EDcl no REsp 1.428.903/PE, Terceira Turma, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, DJe de 25/8/2016)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM PETIÇÃO DE HERANÇA. DECADÊNCIA. INÉPCIA DA INICIAL. ENFRENTAMENTO EXPRESSO DE TODAS AS QUESTÕES DO RECURSO ESPECIAL. OMISSÕES INEXISTENTES.

1. Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade ou eliminar contradições, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento da parte e corrigir erro material.

2. Inexistência de qualquer vício a fazer acolhido os aclaratórios, estando presente apenas o intuito de revisão do entendimento manifestado por este STJ.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(EDcl no AgRg no REsp n. 1.426.981/SC, Terceira Turma, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 1º/6/2016)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Consoante se depreende dos autos, os fundamentos da decisão ora embargada foram apresentados de forma clara, destacando-se a seguinte motivação (e-STJ, fl. 263, sem grifo no original):

**Nesses termos, é de se reconhecer que o exequente não precisava ser intimado para dar andamento ao feito antes de ser declarada a prescrição intercorrente.**

Além disso, considerando que o tema foi suscitado pelo executado em exceção de pré-executividade efetivamente impugnada pelos ora recorrentes, não há falar em ofensa ao devido processo legal por inobservância do contraditório, estando devidamente cumpridos os requisitos para o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Como visto, não há omissão na decisão ora hostilizada. Há, na verdade, inconformismo do embargante com a conclusão a que chegou este Relator.

Dessa forma, nas razões dos embargos de declaração opostos, o embargante, na verdade, pretende a rediscussão de matéria já decidida de maneira inequívoca na decisão monocrática, pretensão esta que não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator